

## PARECER N.º 1/CITE/92

**Assunto:** ..., LDA  
Processo n.º 9/90

### I - Objecto

A - Em 02/05/90, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, recebeu um ofício Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Ponto que junta um documento referente à discriminação da mulher no Trabalho na empresa ....

No citado documento proveniente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, em relação à ..., refere-se o seguinte:

«A firma em causa está a pagar um subsídio de alimentação no valor de 125\$00 por dia»

«As trabalhadoras que amamentam ou aleitam e por isso têm reduzido no tempo de trabalho, duas horas no primeiro caso e uma hora no segundo, como prevê o CCT a firma em causa pôs a opção ou aleitação ou subsídio de alimentação».

As trabalhadoras em causa manifestaram-se pela redução do período de trabalho como a lei prevê e pretendem receber o subsídio de alimentação.

No mês de Abril p.p. a firma não pagou o subsídio de alimentação.

Também retirou o subsídio de alimentação às trabalhadoras que participaram no plenário convocado conforme o C.C.T e aceite pela empresa em 10/04/90.

O CCT do Vestuário prevê a prestação de assistência inadiável ao agregado familiar que é paga até dois dias por cada situação.

A firma em causa sempre pagou.

«No mês de Abril p. p. não pagou a nenhuma trabalhadora o tempo que perderam para prestar assistência inadiável ao agregado familiar, embora as trabalhadoras apresentassem a justificação conforme sempre o fizeram».

B - Confrontada com estas questões, a ... diz o seguinte:

"No decurso do ano de 1989, foram iniciadas negociações com vista a revisão do CCT VESTUÁRIO, tendo como entidades negociadoras por um lado a ANIVEC, e por outro, o SINDETEX - UGT e a FEDERAÇÃO TÊXTIL - INTERSINDICAL.

Encerrado o processo negocial, apenas foi obtido acordo com o SINDETEX, não tendo a FEDERAÇÃO TÊXTIL outorgado a revisão do referido CCT.

O novo contrato - aplicável apenas aos associados do SINDETEX - incluía significativas alterações à contratação anteriormente existente, nomeadamente, um razoável aumento salarial, introdução do subsídio de alimentação

Esta situação, acabou por traduzir-se pela existência de dois quadros reguladores diferentes, aplicáveis dentro da empresa, conforme se tratasse de trabalhadores filiados no SINDETEX, ou, nos Sindicatos integrantes da FEDERAÇÃO TÊXTIL.

Mesmo assim, procurou a ..., como sempre o faz, através do dialogo, encontrar uma plataforma da qual resultasse uma aplicação uniforme da regulamentação a todos os trabalhadores.

Após diversas reuniões com os membros das organizações representativas dos nossos trabalhadores, decidimos aplicar todos os benefícios decorrentes do Contrato acordado com o SINDETEX

Quanto à questão do pagamento das faltas pela prestação de assistência do agregado familiar, não

encontramos razão para tal reclamação, pois que no mês de Abril, o critério utilizado para pagamento e justificação das referidas faltas, foi rigorosamente o mesmo dos meses anteriores, não tendo chegado até aos serviços competentes qualquer reclamação.

Já no que concerne ao subsídio de alimentação, parece-nos ser ainda mais fácil responder posto que foi também rigorosamente cumprido o regime constante do CCT que o instituiu, que não abrange as situações invocadas, e como tal, uma vez que a aplicação de tal regalia, apenas por nossa iniciativa, foi alargada aos trabalhadores filiados nos Sindicatos que integram a Federação reclamante não faria sentido que, a estes trabalhadores, fosse aplicado de forma ainda mais favorável, do que, aqueles que o aplicado de forma ainda mais favorável, do que, aqueles que o conquistaram, através de sua contratação colectiva».

C - Em 23.08.90, o mesmo Sindicato, reafirma as queixas já apresentadas e acrescenta que a ... «discrimina as trabalhadoras que aleitam os seus filhos não pagando prémio de assiduidade no valor de 250\$00 estabelecido na empresa».

D - Posteriormente, em 17.7.91, o referido Sindicato apresenta como situações ainda por resolver: a dispensa para aleitar, a retirada do prémio de assiduidade e o subsídio de almoço e é sobre elas que emitimos o nosso parecer.

## **II - Enquadramento Jurídico**

### **A - AMAMENTAÇÃO**

No caso da amamentação, as trabalhadoras não podem ser objecto de qualquer desconto nas suas prestações pecuniárias quaisquer que elas sejam, por força do estabelecido pelo art. 12.º, n.ºs 2 e 3 da Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a protecção da maternidade e paternidade:

«A mãe que, comprovadamente, amamenta o filho tem direito a ser dispensada em cada dia de trabalho 2 períodos distintos de duração máxima de uma hora para o cumprimento dessa missão enquanto durar e até o filho perfazer um ano.

O direito a dispensa do trabalho nos termos de presente artigo efectiva-se sem perda de remuneração e de quaisquer regalias».

### **B - ALEITAÇÃO**

Esta situação já não é protegida pela Lei, pois o art. 118.º, n.º 1 d) da L.C.T foi revogado pelo art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 136/85, de 3 de Maio, que regulamenta para o sector privado, a Lei n.º 4/84 citada.

Resta apenas a sua consagração nas convenções colectivas de trabalho ou nos contractos individuais de trabalho.

No caso das trabalhadoras da ... afectas ao Sindicato dos trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Porto, filiado na Federação do Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal aleitação é um direito consagrado no CCT celebrado entre aquela Federação e a ANIVEC -Associação Nacional dos Industriais de Vestuário e Confecção, publicado no B.T.E., 1.ª Série, n.º 44, de 29/11/87, cuja cláusula 60.ª, alínea d) diz o seguinte:

«A mãe que aleite o filho tem direito a ser dispensada em cada dia de trabalho por dois períodos distintos, com a duração máxima de meia hora cada um, sem perda de retribuição ou de quaisquer regalias para o cumprimento dessa missão, enquanto durar e até o filho perfazer dez meses...»

Ora, se a Empresa, conforme parece atribuiu um subsídio de alimentação a todos os trabalhadores

independentemente das suas filiações sindicais, não pode agora retirá-lo apenas pelo facto das trabalhadoras afectas ao referido Sindicato, usufruírem do seu direito às dispensas para aleitação, pois conforme se diz na citada cláusula do CCT supramencionado aquele direito é exercido sem perda de retribuição de quaisquer regalias.

Do mesmo modo, não pode a ... retirar o prémio de assiduidade instituído na empresa a algumas trabalhadoras, só porque estas aleitam os seus filhos de acordo com a supracitada CCT (cláusula 60.<sup>a</sup>) que lhes é aplicável.

Existindo duas convenções colectivas aplicáveis à empresa ..., como pode ser o caso, tem esta que respeitar integralmente, de modo a não prejudicar os seus destinatários relativamente às regalias instituídas pela empresa para todos os trabalhadores.

Embora, pudessem ter havido negociações entre os trabalhadores e a empresa no sentido de estender determinadas regalias a todos os trabalhadores, como o subsídio de alimentação previsto na CCT ANIVEC - SINDETEX, e, não na CCT ANIVEC - FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, isso não significa que os trabalhadores renunciem (o que aliás não é legalmente possível) aos direitos consagrados na convenção colectiva que lhe seja aplicável.

### **III - Conclusões**

1 - Que a maternidade tem em si um valor social eminente a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril consagra e protege;

2 - Que as regalias dadas às/aos trabalhadoras/es, mesmo para além das previstas em convenção colectiva de trabalho, não podem ser retiradas em virtude das trabalhadoras exercerem os seus direitos à amamentação dos filhos ou à aleitação quando esta estiver prevista no CCT aplicável aquelas trabalhadoras...

3 - Que o subsídio de almoço ou um prémio de assiduidade constituem regalias das/os trabalhadoras/es na empresa ....

4 - Que a aleitação é um direito consagrado na CCT celebrada entre a ANIVEC e a Federação Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, publicado no B.T.E., 1.<sup>a</sup> Série, de 29 de Novembro de 1977, cláusula 60.<sup>a</sup>, alínea d).

5 - Que a cessação das regalias referidas em 3., por efeito do exercício do direito à aleitação mencionado em 4., constitui violação da aludida cláusula contratual e é discriminação em função do sexo por afectar as mães trabalhadoras (art. 3.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro).

A Comissão delibera recomendar:

A ... que reponha a legalidade, dado que a duplicidade de regimes contratuais aplicáveis aos trabalhadores da sua empresa não deve prejudicar as/os trabalhadoras/es retirando-lhe regalias que foram instituídas para todos os trabalhadores da empresa só porque aquelas pretendem exercer o seu direito a aleitar os filhos.

**APROVADO POR MAIORIA DOS MEMBROS PRESENTES EM REUNIÃO DE 10.03.92**

(Publicado B.T.E., 2.<sup>a</sup> Série, n.º 1-2-3/92)